

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2012.
(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer informações à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre as manifestações acerca da impossibilidade do senhor Paulo Vieira acumular as funções de Diretor da Agência Nacional de Águas e a de Conselheiro da Companhia Docas do Estado de São Paulo.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações a Excelentíssima Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sra. Gleisi Hoffmann, sobre manifestações da Comissão de Ética da Presidência da República sobre a impossibilidade do senhor Paulo Vieira acumular as funções de Diretor da Agência Nacional de Águas e Conselheiro da Companhia Docas do Estado de São Paulo, entre elas:

- recomendações proferidas pela Comissão de Ética da Presidência da República sobre o senhor Paulo Vieira;
- ocasiões em que ocorreram tais recomendações;
- a quem foram encaminhadas tais recomendações;
- providências tomadas após as recomendações serem fornecidas;
- eventuais prazos para executar as recomendações;
- relação de todas as recomendações com conteúdo semelhante elaboradas pela Comissão de Ética Pública desde 01 de janeiro de 2007.

JUSTIFICATIVA

Informações veiculadas pela imprensa afirmam que a Comissão de Ética Pública da Presidência da República se manifestou em duas ocasiões pela impossibilidade do senhor Paulo Vieira, um dos envolvidos na Operação Porto Seguro deflagrada pela Polícia Federal, em acumular as funções de Diretor da Agência Nacional de Águas e Conselheiro da Companhia Docas do Estado de São Paulo, que administra o Porto de Santos.

Diante da gravidade das acusações apresentadas contra o senhor Paulo Vieira, é imperioso sabermos até que ponto o governo federal tinha informações sobre os seus desvios de conduta e quais as providências tomadas a partir do momento em que a Comissão de Ética produziu essas informações, já que a mesma tem por atribuição zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e orientar as autoridades para que se conduzam de acordo com suas normas e inspirar assim o respeito no serviço público.

Diante da importância do tema e da proporção que está alcançando a Operação Porto Seguro solicitamos o apoio dos ilustres pares na aprovação deste importante requerimento.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2012.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA